

# 2017: o ano de (quase) todas as expectativas

Um ano de incerteza depois de anos de incerteza. Esta é um pouco a lógica que está por detrás das expectativas que possam existir para o novo ano. Questionados pelo CONSTRUIR, os presidentes da FEPICOP e da APPC asseguram que apesar das contrariedades, a expectativa de um ano positivo existe mas está fortemente condicionada pela consolidação do investimento privado no imobiliário, tanto na habitação, como no segmento não residencial. O investimento previsto no PETI3+ será também um forte dinamizador da actividade das empresas e da economia. Mas pode chegar tarde, asseguram



D.R.

**Ricardo Batista**  
rbatista@construir.pt

Ans e anos de desinvestimento que tornaram indispensável, por maioria de razões, que seja relançado rapidamente o investimento “para consolidar o relançamento da economia portuguesa”. A garantia é dada ao CONSTRUIR pelo presidente da Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas que acredita que 2017 possa ser um ano importante e positivo ao nível do investimento público em construção. Ricardo Pedrosa Gomes recorda que nos últimos dois anos as expectativas eram elevadas e os resulta-

dos práticos resultaram num dado preocupante: 2016 marca o valor mais baixo dos últimos 50 anos em termos de investimento público. “As expectativas iniciais de evolução do Sector eram favoráveis, mas no final a recuperação não se concretizou e a crise persistiu, tanto em 2015, como em 2016”, salientou o também presidente da AECOPS que acrescenta que “a recuperação do sector em 2017 depende, em primeiro lugar, da consolidação do investimento privado no imobiliário, tanto na habitação, como no segmento não residencial, que tem sido dinamizado pela procura e por investidores estrangeiros”. Para Ricardo Pedrosa Gomes, a

recuperação do sector depende igualmente “do comportamento macroeconómico da economia portuguesa e da evolução do sistema financeiro”. “Por um lado, o relançamento do Sector não ocorrerá sem o crescimento económico, mas, por outro lado, a economia portuguesa não vai crescer sem a recuperação da Construção. Neste contexto, o comportamento do Sector em 2017 está directamente relacionado com as opções da política económica e com o relançamento, ou não, do investimento público e privado”, assegura. Vítor Carneiro, por sinal, também não ignora os anos de 2015 e 2016 para perspectivar o que poderá ser o novo ano. O

presidente da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores revela ao CONSTRUIR que “depois da abrupta queda de mais de 60% do mercado interno ocorrida desde 2010”, havia a expectativa de o mercado doméstico poder recuperar algum do seu fulgor. “Pensava-se que a quase ausência de investimento público e também a fragilidade do investimento privado dos últimos anos haveria de conduzir a alguma recuperação em 2015 e anos seguintes. Todavia, não aconteceu assim”. O presidente da APPC sublinha que “em termos nacionais os investimentos continuaram a ser adiados e, no plano do mercado internacional, as empresas confron-



taram-se com crescentes dificuldades, mercê da desvalorização das matérias-primas que constituem a principal ou quase exclusiva fonte de receita dos nossos principais países-clientes”, factor que resultou na “inevitabilidade”: 2015 e 2016 não terão permitido o alívio da pressão sobre as empresas, o que significa que muitas não conseguiram “aguentar” mais e entraram em processos de recuperação e mesmo de liquidação. “Poucas serão, pois, as empresas que sentiram condições para o crescimento da sua actividade e para a valorização das suas equipas de trabalho”, assegura Vitor Carneiro que revela que muitas dessas empresas transferiram para 2017 as suas expectativas. “Os investimentos previstos no PETI3+, mormente no domínio da ferrovia e no marítimo-portuário, que o actual governo se comprometeu a emprender, encontram-se numa situação de grande atraso na sua execução”, considera Vitor Carneiro que admite que “se a sua execução vier a ocorrer, a par de desenvolvimentos favoráveis no mercado da

reabilitação e alguma retoma nas edificações, nas infra-estruturas da educação e da saúde, dir-se-á que ocorrerá uma melhoria no mercado doméstico”. “Todavia, essa melhoria dificilmente compensará o ambiente adverso do mercado internacional, sobretudo no que respeita aos mercados tradicionais das nossas empresas”, conclui.

### Estabilidade e sobrevivência

Perante o cenário previsto para 2017, Ricardo Pedrosa Gomes considera que as empresas da área da construção terão pela frente a complicada tarefa de garantir a sua estabilidade e a sobrevivência “num contexto macroeconómico bastante adverso”. “As empresas têm de gerir a crise interna, com um mercado em contracção profunda desde 2002, e as dificuldades externas, com o recuo da facturação no exterior, como resultado da crise nas economias emergentes, em particular de Angola”, diz o presidente da FEPICOP, acrescentando que “as empresas têm de explorar

novas oportunidades, alargar a sua carteira de encomendas e, ao mesmo tempo, gerir a herança pesada do passado, nomeadamente o elevado nível de endividamento num contexto de crise do sistema financeiro português, os atrasos nos pagamentos e as dívidas dos donos de obra internos e externos”. Já Vitor Carneiro assegura que perante este cenário, “os grandes desafios continuam a passar pela diversificação dos mercados internacionais, em ordem a atenuar o grau de concentração que continua a existir”. O presidente da APPC recorda que no plano interno, as empresas têm investido na preparação de equipas para intervir no ciclo de investimentos em ferrovia e no sector marítimo-portuário, mas a concretização das oportunidades encontra-se “muito aquém do previsto, pelo que as empresas não poderão continuar por muito mais tempo a investir nessas equipas, com um nível de afectação de trabalho muito baixo”. Vitor Carneiro considera fundamental “a necessária alteração do

ponto de vista do enquadramento legal da contratação pública”. “Tenhamos a noção de que o pouco trabalho que existe tem vindo a ser adjudicado em condições muito precárias, em termos de preço e de desafio para a qualidade e inovação. Importa que a transposição da directiva comunitária e a revisão do CCP ocorra muito rapidamente e que melhore efectivamente o ambiente de negócios deste sector”. “A APPC tem defendido posições muito claras nesta matéria, pugnano pelo reconhecimento de que os serviços de consultoria são portadores de conhecimento e com conteúdo intelectual relevante, pelo que só deverão ser contratados pelo método da proposta economicamente mais vantajosa”, entende o presidente da APPC que considera que é uma forma de valorizar de forma adequada “os critérios de avaliação qualitativa das soluções propostas, propondo ainda o uso do método do duplo envelope, por permitir uma avaliação isenta da componente qualitativa das propostas”. ■



# Impossível não é



Foto: Hugo Gamboa

**Ricardo Batista**  
Director Editorial

Confesso que, terminado o artigo que publicamos nas páginas seguintes a propósito das expectativas dos empresários para o novo ano, me dei conta de um dado preocupante. Não que não tivesse noção disso mas, por alguma razão, ao olhar para as respostas dos responsáveis da FE-PICOP e da Associação de Projectistas e Consultores, caiu uma ficha. Olhar para a essência dos seus lamentos e perceber que andam há demasiados anos a fazer fé em promessas por cumprir e em planos que acabam, por alguma razão, por não sair da gaveta. 2017 não será diferente. Será mais

um ano de elevadas expectativas, estas alicerçadas em autárquicas que, tradicionalmente, têm o condão de animar as hostes. Pode é não ser suficiente. Foram demasiados anos em baixo para que um ano de eleições possa ser encarado como suficientemente positivo. Basta, por exemplo, fazer fé no que diz o presidente da APPC. Vítor Carneiro recorda que os momentos positivos, a ter havido momentos positivos nos últimos anos, não terão permitido o alívio da pressão sobre as empresas, o que significa que muitas não conseguiram “aguentar” mais e entraram em processos de recuperação e mesmo de liquidação. “Poucas serão, pois, as empresas que sentirem condições para o crescimento da sua actividade e para a valorização das suas equipas de trabalho”. Olhando para um sector que tem um ciclo produtivo tão longo, desde o conceito ao licenciamento, passando pelos concursos, projecto e construção, é fácil perceber que muito ainda há a fazer para que não seja necessário que a fileira responda por esticção, alternando “muita” actividade com períodos absolutamente críticos. Não sendo fácil, olhando para as necessidades está bom de ver que não é impossível.